

Relatório e Contas

2016

Relatório

Programa de Ação

2016

Índice

1. Enquadramento

2. A CNIS

3. Estrutura Orgânica

3.1. Organigrama

3.2. Pelouros e representações

4. Avaliação do Programa de Ação 2016

- I. Promoção da cidadania e solidariedade;
- II. Representar as IPSS, promover as negociações com as entidades o poder central e local indispensáveis ao prosseguimento articulado das suas ações;
- III. Apoiar as IPSS no exercício da sua missão solidária a fim de assegurarem a intervenção de proximidade com qualidade, inovação e sustentabilidade;
- IV. Contribuir para a capacitação contínua dos dirigentes, trabalhadores e voluntários.

5. Atividades desenvolvidas não planeadas

6. Outros indicadores relevantes

1. Enquadramento

O Programa de Ação planeado e desenvolvido para o ano de 2016 manteve a prioridade de afirmação do sector solidário, na sua especificidade de prestador de serviço público cooperando com o Estado. Para tal foi indispensável agir na preservação da sua natureza e autonomia, na afirmação da rede nacional de solidariedade e no reforço da cooperação interinstitucional.

Elaborado no contexto de um novo quadro comunitário – Portugal 2020 – e de um novo Governo, o Programa de Ação refletiu a natureza do Compromisso de Cooperação para 2015-2016 que, pela 1ª vez, foi global e integrou as áreas da Solidariedade, Emprego e Formação Profissional, Educação e Saúde.

Foi assumida ainda uma participação mais forte no plano externo: por um lado, garantiu-se uma presença permanente no Comité Económico e Social Europeu, como membro do Grupo III – Economia Social, nomeadamente nas comissões especializadas de Emprego, Assuntos Social, Coesão Económica e Social; noutra frente, foram assumidas responsabilidades no acolhimento de refugiados e outras pessoas com necessidade de proteção internacional, nomeadamente os menores não-acompanhados.

Os objetivos estratégicos definidos pela CNIS para o ano 2016 no seu Programa de Ação foram:

- I. Promoção da cidadania e Solidariedade;**
- II. Representar as IPSS, promover as negociações com as entidades do poder central e local indispensáveis ao prosseguimento articulado das suas ações;**
- III. Apoiar as IPSS no exercício da sua missão solidária a fim de assegurarem a intervenção de proximidade com qualidade, inovação e sustentabilidade;**
- IV. Contribuir para a capacitação contínua dos dirigentes, trabalhadores e voluntários.**

2. A CNIS

A CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade é uma entidade de natureza associativa, de âmbito nacional, que prossegue fins não lucrativos e confedera 2901 Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), sendo 2 Federações, 19 Uniões Regionais e Distritais – UDIPSS e as restantes instituições de base.

Tendo como principal missão estar ao serviço das populações que se encontram em situação de maior fragilidade social, as associadas da CNIS apoiam mais de de 500.000 utentes em áreas tão fundamentais como a saúde, educação, ação social e desenvolvimento local, empregam mais de 180.000 trabalhadores e contam com o importante trabalho voluntário de mais de 15.000 dirigentes.

Estatutariamente, a CNIS tem por finalidade defender e promover o **quadro de valores comum às IPSS**:

Capilaridade | Caridade | Comunidade | Gratuitidade | Lealdade | Proximidade | Solidariedade | Subsidiariedade

A defesa de um quadro de valores comuns é assente na prossecução de princípios basilares:

- ✓ **Autonomia:** É fundamental garantir a livre escolha da organização interna das IPSS, áreas de ação e liberdade de atuação.
- ✓ **Serviço público:** As competências das IPSS são próprias e constituem serviço público. Não sendo públicas, as IPSS são de utilidade pública.
- ✓ **Dever Cívico:** Defender a dignidade humana, promover o crescimento integrado e integral de todos para todos. A CNIS é o rosto das 2901 Instituições, que desejam e querem um País que aposte no melhor que tem – o seu povo;
- ✓ **Participação:** A CNIS, como Confederação Nacional, tem o dever maior de participar na conceção e implementação de políticas públicas que vão ao encontro do cidadão e lhe permitem exercer por si os seus direitos de cidadania;

Para concretizar este quadro de valores comuns e os princípios por si defendido e promovidos, a CNIS representa as Instituições de Solidariedade Social no Comité Económico e Social Europeu, no Conselho Económico e Social e na Comissão Permanente do Setor Social e Solidário, integra a Direção da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, é entidade negociadora da contratação coletiva de trabalho, é entidade formadora certificada, promovendo formação a Técnicos e Dirigentes, e assume em permanência uma relação próxima de apoio, orientação, acompanhamento às associadas.

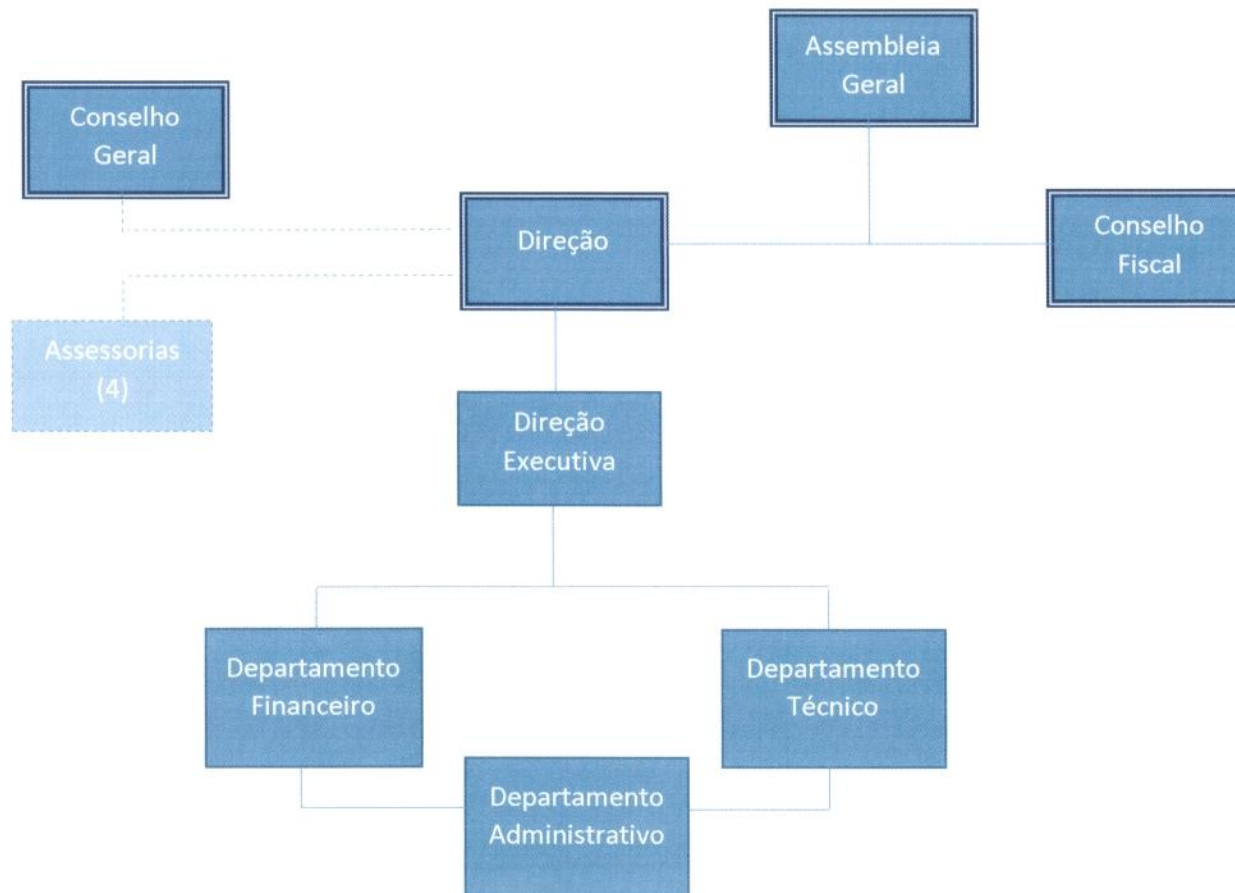
Enquanto Confederação, a CNIS representa 56,83% das Instituições Particulares de Solidariedade Social registadas na Direcção-Geral da Segurança Social, sendo 1883 associações de solidariedade social, 555 centros sociais e paroquiais, 177 institutos de organização religiosa, 165 fundações de solidariedade social, 45 irmandades da misericórdia, 38 casas do povo, 31 cooperativas, 5 associações mutualistas ou de socorros mútuos e 2 associações humanitárias. O quadro abaixo evidencia a relevância da representação da CNIS de acordo com a natureza jurídica das suas associadas. Se considerado apenas o universo de IPSS com acordos de cooperação, o nível de representação da CNIS é substancialmente maior.

IPSS segundo a natureza jurídica	Associadas da CNIS	Representadas pela CNIS
Casas do povo*	38	36,19%
Cooperativas*	31	19,14%
Centros sociais e paroquiais	555	56,35%
Fundações de solidariedade social	165	67,07%
Associações de solidariedade social	1883	56,65%
Irmandades da misericórdia	45	13,08%
Institutos de organização religiosa	177	85,92%
Associações mutualistas ou de socorros mútuos	5	
Associações humanitárias	2	

*Equiparadas a IPSS

3. Estrutura orgânica

3.1. Organigrama



3.2. Pelouros e representações

Direção	
Função	Pelouros/Atribuições
Presidente	Representação; CPSS – Comissão Permanente Setor Social e Solidário; Recursos Humanos; Serviços administrativos e financeiros; Formação e Capacitação.
Presidente Adjunto	Representação; CPSS; Contratação Coletiva de Trabalho; Direção executiva; Serviços administrativos e financeiros; CPV Confederação Portuguesa do Voluntariado
Tesoureiro	Linhas de Crédito; FRSS – Fundo Reestruturação Setor Social e Solidário; CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social; POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego; Serviços Administrativos e Financeiros.
Secretário	Comité Económico e Social Europeu; Conselho Consultivo APCER; Comissão Executiva CNES.
Vogal	Uniões e Federações; Centro de Estudos; Refugiados; Jornal Solidariedade.
Vogal	Cooperação; CNC – Comissão Nacional de Cooperação; Deficiência; INR – Instituto Nacional de Reabilitação.
Vogal	Educação; CNE – Conselho Nacional de Educação; CNPCJR – Comissão Nacional Promoção Crianças e Jovens em Risco.
Vogal	Saúde; CNSM – Comissão Nacional Saúde Mental.
Vogal	Autarquias; Desenvolvimento local; Sustentabilidade ambiental; Contratação Coletiva de Trabalho; POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (Algarve);

Representações	
CPSS	Comissão Permanente do Setor Social e Solidário
CNC	Comissão Nacional de Cooperação
CNES	Conselho Nacional para a Economia Social
CES	Conselho Económico e Social
CESE	Comité Económico e Social Europeu
CASES	Cooperativo António Sérgio para a Economia Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNSM	Conselho Nacional de Saúde Mental
PO ISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
CNPDPCS	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
CNH	Comissão Nacional de Habitação
CAEE	Comissão Nacional de Acompanhamento da Educação Especial
I.T	Instituto do Território
INR	Instituto Nacional de Reabilitação
CCAI	Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração
PAR	Plataforma de Apoio aos Refugiados
FRSS	Fundo de Reestruturação do Setor Solidário
CNDH	Comissão Nacional para os Direitos Humanos
EASO	Fórum consultivo da EASO (Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo)

Assessorias

Administração e Finanças

Cooperação

Formação e Capacitação

Jurídica

Departamento Financeiro

Contabilidade; orçamentos e relatórios de contas anuais; controlo orçamental; aquisição de bens e serviços; orçamentos; pagamentos, candidaturas; etc.

Departamento Técnico

Jurídico; cooperação; formação e capacitação; apoio às associadas; respostas sociais: novas, emergentes, em reformulação, protocoladas, não protocoladas; apoio aos estudos; acolhimento e integração de refugiados – PAR Famílias; acolhimento e integração de menores não acompanhados; candidaturas CNIS Portugal 2020; candidatura da CNIS ao CNES (POISE); protocolo de cooperação IEF; plano e relatório anual de atividades; apoio técnico à direção; congressos e seminários.

Departamento Administrativo

Apoio administrativo; Notícias à Sexta; congressos e seminários; Centro de Estudos Sociais; acompanhamento imprensa.

Expediente e atendimento: receção e encaminhamento.

Institucional: órgãos sociais; Conselho Geral e Comissão Permanente; convocatórias; atas; documentos oficiais; agendas; Uniões e Federações; entidades oficiais, etc.

4. Avaliação do Programa de Ação 2016

Objetivo estratégico: I. Promoção da cidadania e Solidariedade.

Iniciativa/Ação	Avaliação
I.1 Proteção de idosos e deficientes – tutela	Constituiu-se um grupo de estudo para se debruçar sobre os vários tipos de representação legal e as formas de suprimento da incapacidade, designadamente quanto à população idosa e à população com deficiência (cujos trabalhos se desenrolarão no ano de 2017).
I.2 Conclusão do trabalho relativo às “IPSS Amigas do Envelhecimento Ativo”.	Foi elaborado e testado um conjunto de indicadores, no sentido de servirem de orientação para as IPSS aderentes. O Grupo dinamizador desta iniciativa sentiu a necessidade de ser associada ao projeto uma Universidade, no sentido de facultar o acesso a ações de formação ajustadas à concretização e melhoria contínua.
<p>I.3 Gerir e acompanhar as necessidades das associadas da CNIS no que respeita ao acolhimento de refugiados e outras pessoas com necessidade de proteção internacional, por via de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Acompanhamento dos processos de acolhimento e integração de famílias refugiadas no âmbito da PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados; 	<p>A CNIS acompanhou os processos de acolhimento e integração de refugiados e outras pessoas com necessidade de proteção internacional por duas vias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ No âmbito da PAR: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiou as associadas e outras instituições anfitriãs da PAR que recorreram aos serviços da CNIS nas respostas a dar no âmbito do protocolo PAR (designadamente ajuda no desbloquear de dificuldades no ensino da língua portuguesa, dificuldades com o financiamento, dificuldades com a documentação para o acesso ao mercado de trabalho, dificuldades nas respostas educativas); ✓ Fez a articulação com as entidades parceiras para as matérias da sua competência; ✓ Apoiou as instituições anfitriãs na relação com as autoridades.

Iniciativa/Ação	Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenho de estratégias de intervenção quanto aos refugiados que, pela sua natureza, não caibam no modelo da PAR. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ No âmbito do acolhimento de menores não-acompanhados: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Levou-se a cabo um trabalho contínuo de articulação com a tutela, no sentido de se chegar a um desenho final do modelo; ✓ Planeou-se o acolhimento e a integração com as entidades públicas relevantes, designadamente o Ministério Público, o ACM, o ISS e outras; ✓ Foi feita uma parceria com a ONG grega METAdrasi para colaborar na seleção dos perfis das crianças e jovens a acolher, numa primeira aprendizagem do português, na articulação com as autoridades gregas, etc.; ✓ Participou-se em consultas, grupos de estudo e <i>fora</i> de discussão, de acordo com as solicitações; ✓ Foi feito um trabalho de preparação das instituições de acolhimento previamente à chegada das crianças e jovens a acolher; ✓ Planificou-se e preparou-se (tendo-se concretizado no início de 2017) a formação das instituições de acolhimento; ✓ Foram estudadas alterações legislativas para resolver o problema da representação e constituiu-se um grupo de estudo para se debruçar sobre o assunto (cujos trabalhos se desenrolarão no ano de 2017);
<p>I.4 Promover formação às associadas da CNIS nos seguintes âmbitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Igualdade de género; ✓ Violência doméstica; ✓ Tráfico de seres humanos. 	<p>Ação não desenvolvida.</p>

Objetivo estratégico: II. Representar as IPSS, promover as negociações com as entidades do poder central e local indispensáveis ao prosseguimento articulado das suas ações.

Iniciativa/Ação	Avaliação
<p>II.1 Promover a X Festa e Chama da Solidariedade</p>	<p>A X Festa da Solidariedade decorreu no dia 30 de setembro, em Coimbra, tendo contado com a presença do Sr. Ministro da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social, Vieira da Silva, e o vice-presidente da Assembleia da República, José Manuel Pureza. A animação da Festa esteve a cargo de inúmeras Instituições que estiveram representadas por crianças, idosos, colaboradores e dirigentes oriundos de diversos locais do País. A chama da Solidariedade, antes de chegar à Praça Velha, na baixa de Coimbra, percorreu os diversos concelhos do distrito, tendo sido transportada das mais diversas formas e cumprindo a tradição das anteriores edições.</p>
<p>II.2 Assinalar o dia da CNIS (15 janeiro) Realização de um debate sobre Estado Social</p>	<p>O 35º aniversário da CNIS foi celebrado em Fátima, no dia 15 de janeiro, perante os dirigentes das associadas de base, as Uniões e as Federações. A celebração foi marcada por um debate sobre o “Desenvolvimento do Estado Social”, presidido pela Sra. Secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim, que reafirmou o reconhecimento do setor pelo atual governo e a vontade que este último tem de prosseguir o bom rumo da cooperação. O profícuo debate contou ainda com as intervenções de Jorge Miranda, Teresa Fernandes e Fernando Ribeiro Mendes. O encontro culminou com um almoço de confraternização.</p>
<p>II.3 Centro de Estudos Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reenquadramento, reflexão e produção de documentos sobre temas de interesse para o setor solidário, nomeadamente nas áreas da Cidadania, Educação, Desenvolvimento, Saúde e impactes económico-sociais do setor. ✓ Disponibilização dos estudos em <i>dossiers</i> temáticos às associadas. 	<p>O trabalho desenvolvido pelo Centro de Estudos Sociais durante 2016 deu origem a um conjunto de reflexões sobre temas estruturantes para a ação das IPSS: “Desenvolvimento Local e Participação das IPSS”; “A imaterialidade como valor a considerar nas Associações”; “Identidade e Autonomia das IPSS”; “Base para uma Carta de Valores das IPSS e CNIS”; “A Sustentabilidade da Economia Social”; e “Novos Desafios”.</p>

Iniciativa/Ação	Avaliação
<p>II.4 Acompanhamento da aplicação do Compromisso de Cooperação 2015-2016 e elaboração/negociação de proposta para os anos seguintes.</p>	<p>Fez-se um constante acompanhamento da aplicação do Compromisso através da participação na CNC; promoveu-se a Adenda ao Compromisso de Cooperação para 2016; estabeleceu-se uma plataforma de entendimento para a cooperação com as outras entidades representativas do setor social e solidário, UMP e UM; fez-se uma análise, com respetivo envio de contributos, de um projeto de portaria, regulamento e aviso de abertura de candidaturas para a celebração/revisão de acordos de cooperação (PROCOOP); preparou-se uma proposta de Compromisso de Cooperação para aprovar em 2017.</p>
<p>II.5 Estabelecimento de parcerias com organismos e entidades públicas e/ou privadas em temas de fulcral importância para o desempenho das IPSS.</p>	<p>Foram estabelecidas 5 novas parcerias/protocolos com as seguintes entidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil: tem como objeto fixar um quadro de cooperação institucional, amplo e efetivo, com vista à promoção de iniciativas que melhorem as condições de vida dos cidadãos, nomeadamente os pertencentes aos grupos sociais mais vulneráveis, como é o caso da população idosa, das crianças e dos jovens, em áreas de interesse comum e no âmbito das respetivas competências; ✓ Caixa Económica Montepio Geral: tem como objeto a disponibilização de produtos e serviços, em condições específicas, à CNIS, instituições associadas, dirigentes e colaboradores das mesmas. Através deste protocolo será ainda possível o financiamento de pequenos projetos de investimento viáveis para pessoas singulares que, tendo capacidade empreendedora, apresentam dificuldades acrescidas no acesso ao crédito e ao mercado de trabalho; ✓ Associação Dignitude: no âmbito do Programa <i>abem</i> para a Rede Solidária do Medicamento; ✓ COFAC – Cooperativa de Formação e Animação Cultural: facilitação de frequência da pós-graduação em Religiões, Políticas e Doutrinas Sociais, organizada pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; ✓ GEOfundos: plataforma <i>online</i> com informação sobre oportunidades de financiamento disponíveis (nacionais e internacionais), bem como conteúdos de aprendizagem e serviços de capacitação na elaboração de candidaturas às

Iniciativa/Ação	Avaliação
	referidas oportunidades de financiamento para as entidades da economia social e empreendedores sociais em Portugal.

Objetivo estratégico: III. Apoiar as IPSS no exercício da sua missão solidária a fim de assegurarem a intervenção de proximidade com qualidade, inovação e sustentabilidade.

Iniciativa/Ação	Avaliação
III.1 Elaboração de um Manual de Boas Práticas que evidenciem as boas práticas da ação das IPSS, na resposta social de Creche, para a conciliação da vida familiar com a vida profissional e valorização das competências parentais.	<p>A natureza da resposta social Creche e a importância dos seus objetivos para as famílias e crianças levaram a CNIS à sistematização de práticas que promovam a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar, para serem divulgadas e disseminadas. Pretendeu-se criar um movimento de colaboração entre IPSS com creche, dando mais visibilidade ao trabalho de qualidade que é desenvolvido e à importância desta resposta social. Para a concretização desta ação, a CNIS contou com a coordenação científica da Universidade do Minho, através da Prof^a Teresa Sarmento, e com os relatos de boas práticas de um conjunto de educadoras de infância da rede social e solidária, a saber: Associação Gerações, Associação Juvenil “A Bogalha”, Associação de Pais e Amigos da freguesia de Cunha, Centro Sócio Cultural e Desportivo de Sande S. Clemente, Centro Social da Paróquia de N^a Sra. Ajuda, Centro Social S. José de S. Lázaro e Infantário Nuno Simões.</p> <p>Assim, pela entrega gratuita a este objetivo nasceu o livro intitulado “JUNTOS... pela criança na creche”, lançado no dia 12 de julho, no auditório multimédia do Instituto de Educação da Universidade do Minho, perante educadores, dirigentes e pais. Esta ação teve o patrocínio da Fundação Millenium BCP.</p>
III.2 Participação no grupo de trabalho para a regulamentação das respostas sociais.	O Grupo de Trabalho constituído pela Direção Geral de Segurança Social nunca foi convocado, pese embora a necessidade urgente de regulamentação das medidas de promoção e proteção de crianças e jovens, nomeadamente as de acolhimento institucional e familiar.
III.3 Definição de custos técnicos de respostas sociais.	A determinação dos custos médios reais de cada utente nas diversas respostas sociais, sendo absolutamente fundamental para a boa gestão das Instituições, para a sua

Iniciativa/Ação	Avaliação
<p>III.4 Realização de Encontros/Seminários temáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Cooperação ✓ Saúde ✓ Fiscalidade nas IPSS e contratação pública ✓ Desenvolvimento, empreendedorismo e inovação ✓ Promoção/Proteção/Acolhimento de Crianças e Jovens 	<p>sustentabilidade, mas também para a negociação dos valores de comparticipação do Estado no âmbito da Cooperação, ditou a oportunidade e os objetivos da CNIS ao promover o Estudo “Custos Técnicos das Respostas Sociais”, em fase de recolha e tratamento de dados. Só a informação factual e real permitirá às Instituições ter um valor de referência e desenvolver ações internas de melhoria da eficácia da sua gestão, robustecendo também a CNIS nos momentos chave de negociação com o poder central.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Cooperação: Não foi realizado qualquer seminário sobre este tema; no entanto, foi apresentada a sua monitorização em todas as reuniões da Direção e do Conselho Geral; ✓ Saúde: Foi realizado um encontro nacional no dia 30 de setembro, em Coimbra, sob o Tema “IPSS Promotoras de Saúde: Uma influência positiva nos determinantes da saúde”. Este encontro reuniu especialistas da RNCCI, do envelhecimento ativo e da saúde mental e solidariedade e contou com a <u>participação de 178 Instituições e 433 pessoas;</u> ✓ Fiscalidade e contratação pública no setor social e solidário: Foi realizado no dia 26 de fevereiro, em Fátima, contou com a <u>presença de 112 Instituições e 199 dirigentes e trabalhadores das Instituições;</u> ✓ Desenvolvimento, empreendedorismo e inovação: Foi concebido e iniciada a planificação e organização deste seminário; no entanto, por motivos de agenda e outras ações já calendarizadas, entendeu-se não ser oportuna a sua realização, pelo que foi adiado e considerado em plano para 2017; ✓ Promoção/Proteção/Acolhimento de Crianças e Jovens: Foi promovida a Conferência “Menores Não Acompanhados: preparar o acolhimento”, no dia 3 de novembro de 2016, no Porto. Esta conferência reuniu especialistas nacionais e internacionais no tema e contou com a <u>participação de cerca de 81 entidades e 112 participantes;</u>
<p>III.5 Sessões de esclarecimento, dirigidas às Direções e equipas técnicas dos LIJ sobre o novo enquadramento legislativo e regulamentar da promoção e proteção de crianças e jovens.</p>	<p>O referido em III.2 inviabilizou esta ação.</p>

Iniciativa/Ação	Avaliação
<p>III.6 Desenvolvimento de um “canal informático interativo/linha aberta/fórum” para partilha de dificuldades e sucessos na área do pré-escolar, dirigido às Direções das IPSS e equipas educativas – equipa de retaguarda de esclarecimento.</p>	<p>O canal interativo/fórum para debate de ideias e esclarecimento de dúvidas relativamente às diversas respostas sociais e assuntos de relevo para o setor foi integrado na plataforma informática ROTASS, a ser implementada em 2017.</p>
<p>III.7 Negociações com as Frentes Sindicais relativamente à matéria da Contratação Coletiva.</p>	<p>Em 2016, a CNIS manteve o processo negocial com as três Federações que constituem a contra-parte nos instrumentos de regulamentação coletiva em que a CNIS é parte: FNSTFPS, FNE e FEPCES.</p> <p>Em consequência desse processo, foi publicado um novo texto integral, revisto, do CCT com a FNE (UGT), no BTE, nº 25, de 8.7.2016, praticamente idêntico ao CCT com a FNSTFPS, publicado no BTE, nº 31, de 22.8.2015, que constitui o instrumento predominantemente aplicável no Setor, por força da portaria de extensão de que foi objeto – Portaria nº 87/2016, de 14 de Abril, publicada, durante o ano de 2016, a requerimento da CNIS e da FNSTFPS.</p> <p>A principal alteração introduzida neste CCT com a FNE, sobre a remuneração complementar por exercício de funções de direção técnica, inscreve-se no que tem sido a orientação negocial da CNIS, nos últimos anos, no sentido de valorizar o exercício dessas funções e de aproximar o estatuto retributivo da direção técnica e da direção pedagógica.</p> <p>Em 2016, não foi levada a cabo a negociação de revisões das tabelas de remunerações, que não foram atualizadas, salvo as que decorreram diretamente do aumento para 530,00 euros da RMMG – o que conduziu ao efeito perverso da unificação salarial dos níveis XIV a XVIII da Tabela A, no valor de 530,00 euros.</p>

Iniciativa/Ação	Avaliação
	<p>Mas entendeu-se que o escasso valor da atualização da cooperação em 2016, e tendo em conta o esforço financeiro imposto pelo aumento da RMMG, não permitiria às Instituições arcar com maior despesa com pessoal em 2016.</p>
<p>III.8 Campanha de prevenção de acidentes, em geral, das pessoas idosas – Produção de documentos/guias de prevenção para as pessoas idosas, profissionais das IPSS e famílias. Campanha no âmbito do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes (DGS).</p>	<p>Divulgação de informação disponibilizada pela DGS através do Notícias à Sexta.</p>
<p>III.9 “IPSS amigas do Envelhecimento Ativo”</p> <p>Divulgação e acompanhamento da aplicação do Guião para implementação de iniciativas/práticas para um Envelhecimento Ativo</p>	<p>Na sequência do referido em I.2, a inclusão da Universidade Católica neste processo levou à transição desta ação para 2017.</p>
<p>III.10 Prestar apoio técnico às associadas da CNIS, nomeadamente ao nível de:</p> <p>1.1. Eficiência e gestão organizacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Capacitação das instituições associadas no processo de articulação e interação com as autoridades de gestão, nomeadamente a nível normativo com a realização de Sessões de informação/formação sobre as ações inspetivas do ISS (previstas 6 sessões na Região Centro e 3 sessões na Região Sul, a realizar no 1º semestre de 2016); ✓ Apoio na adequação às exigências normativas e boas práticas veiculadas pelas autoridades de gestão, através de um acompanhamento individualizado às instituições presencial e à distância (estima-se cerca de 75 Instituições); 	<p>1.1 Eficiência e gestão organizacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Em 2016, <u>realizaram-se 29 Sessões de (In)formação sobre as Ações Inspetivas do ISS, nas regiões norte (1), centro (15) e sul (13)</u>. Estas sessões, com uma avaliação global muito positiva, <u>envolveram 810 Instituições</u> (92% das inscritas) <u>e 1413 dirigentes e técnicos</u> (86% dos inscritos). <u>No global (2015/2016), foram realizadas 46 sessões (18 no norte, 15 no centro e 13 no sul) que abrangeram 1158 Instituições (40% das associadas da CNIS e 92% das inscritas) e 2150 participantes;</u> ✓ Durante o ano de 2016, <u>o departamento técnico</u> (à época designado gabinete de apoio técnico) <u>deu apoio individualizado</u>, à distância, <u>a 35 associadas</u> da CNIS, tendo em vista a adequação às exigências normativas e boas práticas veiculadas

Iniciativa/Ação	Avaliação
<p>✓ Identificação de medidas de melhoria de desempenho e eficácia de gestão que respondam ao desafio das necessidades de adaptação, reorganização interna e sustentabilidade, nomeadamente através da elaboração de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Diagnósticos de necessidades; ✓ Diagnósticos económico-financeiros; ✓ Planos de intervenção (como por exemplo apoiar a reestruturação de equipas de trabalho, a reorganização interna dos processos de trabalho, a requalificação das respostas sociais, entre outras). <p>1.2. Prolação de pareceres e outros documentos jurídicos genéricos que funcionem como orientação das instituições relativamente à sua forma de atuação em casos individuais (estima-se cerca de 50 Instituições).</p>	<p>pelas autoridades de gestão e à resposta a processos inspetivos e de acompanhamento técnico da Segurança Social. <u>No âmbito do apoio e acompanhamento técnico às Instituições, foi ainda dada resposta a 209 pedidos de informação</u> recebidos via e-mail, telefone ou carta;</p> <p>✓ No âmbito desta ação, e devido à limitação dos recursos disponíveis, foi apenas possível desenvolver <u>2 diagnósticos económico-financeiros</u>. Um foi iniciado e concluído em 2016 e outro ainda está em curso;</p> <p>1.2 Foram elaborados <u>142 pareceres jurídicos</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ <u>112 pareceres a associadas</u> da CNIS, por apoio directo; ✓ <u>30 pareceres genéricos</u>, feitos a pedido da Direção da CNIS ou para esclarecer genericamente as associadas pelos meios de difusão próprios.
<p>III.11 Apoiar as associadas da CNIS no âmbito das candidaturas do Portugal 2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificação de candidaturas elegíveis para as associadas da CNIS ao Portugal 2020; ✓ Atualização diária da Matriz Portugal 2020 Candidaturas diretas a efetuar pelas IPSS e outros apoios; ✓ Organização de seminários temáticos no âmbito das Candidaturas ao Portugal 2020 para esclarecimentos às associadas (dando continuidade ao trabalho desenvolvido nas diferentes Regiões em 2015); 	<p>✓ As candidaturas elegíveis para as associadas da CNIS, no âmbito do Portugal 2020, foram identificadas da seguinte forma: candidaturas diretas a elaborar pelas Instituições; outros apoios, isto é, candidaturas às quais as Instituições podem recorrer através de outras entidades como o IEFP, Instituto da Segurança Social, entre outros. A matriz de candidaturas foi atualizada sempre que foi publicado um aviso de abertura de candidatura elegível e está disponível no <i>site</i> da CNIS. Simultaneamente, foram publicadas no Notícias à Sexta as candidaturas às quais as Instituições podem aceder;</p>

Iniciativa/Ação	Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Resposta a pedidos de informação e dúvidas apresentadas pelas Instituições. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em 2016, não foi promovido qualquer seminário temático no âmbito das candidaturas ao Portugal 2020. Estava previsto realizar um seminário temático em parceria com o POR Norte 2020, contudo, como o quadro comunitário não tem aberto candidaturas de relevo para o setor, este foi adiado para um momento mais oportuno; ✓ No âmbito do trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Apoio Técnico, foram respondidas todas as questões relativas a candidaturas ao Portugal 2020. A questão mais colocada prende-se com as candidaturas à remodelação, ampliação e reconversão de equipamentos sociais.
<p>III.12 Identificar e elaborar candidaturas da CNIS ao Portugal 2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Formação públicos estratégicos – combate às discriminações e aos estereótipos; ✓ FAS M – Projeto Formação-ação Solidária na Região Autónoma da Madeira em parceria com a Universidade Católica do Porto; ✓ Outras tipologias a identificar ao longo do ano. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Formação públicos estratégicos: Considerando o volume de trabalho, a limitação dos recursos e os temas em agenda no período de abertura desta candidatura, considerou-se não ser estratégica a sua elaboração. Aquando da reabertura de uma nova candidatura, será uma ação a reconsiderar; ✓ FAS M: O Programa Operacional Regional da Madeira não abriu esta candidatura no prazo estabelecido. Será uma candidatura a elaborar aquando da sua publicação; ✓ Outras tipologias: Foram elaboradas as seguintes candidaturas: <ul style="list-style-type: none"> ✓ “Formação Modular para Empregados e Desempregados” nas regiões Norte, Centro e Alentejo. As candidaturas foram elaboradas em articulação com as Uniões Distritais que manifestaram interesse, nomeadamente Bragança, Vila Real, Porto, Aveiro, Leiria, Beja e Évora e terão como destinatários os colaboradores das Instituições associadas, nomeadamente ajudantes de ação direta, cozinheiros e ajudantes de cozinha e trabalhadores da lavandaria. Será desenvolvida formação modular nos seguintes temas: Saúde mental na terceira idade; Técnicas de posicionamento, mobilização, transferência e transporte; Abordagem biológica, psicológica, social e cognitiva do envelhecimento; Cozinha – organização e funcionamento; Dietética e confeção dos

Iniciativa/Ação	Avaliação
	<p>alimentos; Lavandaria e tratamento de roupa. As candidaturas ainda não foram aprovadas;</p> <p>✓ Elaborada candidatura, em parceria com a Universidade de Évora, para realização de estudo sobre “Envelhecer com segurança no Alentejo (prevenir as quedas e a violência sobre os idosos) - Compreender para agir”. A candidatura foi aprovada e encontra-se em execução.</p>
<p>III.13 Realização de ações de sensibilização/informação relativas à Sustentabilidade das IPSS, conducentes à elaboração posterior de um Guião de Boas práticas.</p>	<p>Foi aplicado um questionário online que tinha como objetivos, entre outros, identificar as medidas ativas de emprego utilizadas pelas associadas da CNIS, no período 2011-2015, e de outras ações desenvolvidas com vista ao incremento da sustentabilidade das Instituições e mapear as iniciativas desenvolvidas pelas IPSS para melhorar o seu desempenho financeiro. Este questionário foi aplicado às instituições que constituem os órgãos sociais da CNIS, das Uniões e das Federações e divulgado às restantes associadas através do Notícias à Sexta. Responderam ao questionário 260 Instituições, mais 73 do que as previstas, o que vem fortalecer os dados recolhidos e responder aos objetivos elencados, revestindo-se de elevada importância para a CNIS, na medida em que exige uma reflexão interna sobre os resultados obtidos que poderá influenciar decisivamente ações futuras. Assim, considera-se que esta informação servirá de ponto de partida para atividades a desenvolver pela CNIS em 2017 pelo que se optou por não elaborar, em 2016, o Guião de boas práticas de sustentabilidade.</p>
<p>III.14 Realização de um seminário relativo ao Empreendedorismo Social e Empreendedorismo Social Jovem, motivando os intervenientes para a criação de postos de trabalho neste setor ou mesmo a criação de instituições neste âmbito.</p>	<p>Após uma análise estratégica interna, e tendo em consideração os compromissos já assumidos em várias áreas no presente ano, foi decido transpor para o ano 2017 o objetivo de promover um seminário sobre “Empreendedorismo e Inovação Social”. No entanto, procedeu-se à elaboração do programa do seminário e foi solicitado às associadas o envio de informação relativa a boas práticas de empreendedorismo e inovação social para apresentar/divulgar no respetivo evento.</p>
<p>III.15 Sensibilizar as IPSS para o uso das TI quer pelo uso do website da CNIS quer por ações de sensibilização para o uso e</p>	<p>Esta ação estava prevista no âmbito do Acordo com o IEF. Tendo em atenção que o novo <i>website</i> da CNIS foi lançado em Novembro de 2016 e que no âmbito da plataforma informática do ROTASS está prevista a criação de um espaço para identificação dos postos</p>

Iniciativa/Ação	Avaliação
desenvolvimento do Marketing Digital e redes sociais como medida de promoção/mediação do impacto ao nível da empregabilidade.	de trabalho criados e divulgação/partilha de oportunidades de emprego, esta será uma iniciativa a desenvolver, de forma espontânea, em 2017.
<p>III.16 Desenvolver mecanismos de resposta às novas necessidades do setor social, impulsionando o empreendedorismo e a inovação social:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Traçar estratégias de intervenção para problemas sociais crescentes ou emergentes (exemplo: rede de apoio aos cuidadores de pessoas com deficiência ou de pessoas idosas não institucionalizadas; tráfico de seres humanos quando a potencial vítima está enquadrada num contexto social vulnerável); ✓ Reorganizar respostas sociais já existentes mas não enquadradas nas tipologias previstas (exemplo: refugiados); ✓ Desenvolver ferramentas de apoio à implementação de respostas sociais já existentes mas que não têm tradição de intervenção no contexto do setor (exemplo: apoio à vítima de violência doméstica). 	<p>Foi sendo dada resposta às novas necessidades do setor social em várias vertentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Decorrente do trabalho de cooperação com o Estado, das ações de acompanhamento e fiscalização das entidades públicas e da informação recolhida junto das associadas, surgiu a necessidade de analisar/rever/aprofundar um conjunto de matérias de elevada importância na gestão e organização das instituições, nomeadamente: <u>Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Apoio e Reabilitação para Pessoas com Deficiência; Frequência de creche por crianças com 3 anos até 31 de dezembro; Frequência do mesmo utente em mais do que uma resposta social; Frequência de CAO e Lar Residencial por utentes com mais de 65 anos; Licenciamento de estabelecimentos de educação Pré-escolar da rede solidária com acordos de cooperação; Universalidade do Pré-escolar; Ficha de diagnóstico financeiro; Protocolos das Equipas Locais de Intervenção; Creche Familiar, Exigência de certificado higiosanitário; Certificado de condições de segurança pela ANPC;</u> ✓ Decorrente do trabalho desenvolvido na área dos refugiados, <u>foi desenhado e submetido à Comissão Europeia um projeto transnacional</u> tendente à preparação de uma rede de famílias de acolhimento a nível nacional <u>para o acolhimento de crianças e jovens não-acompanhados</u> (embora ainda não tenha havido decisão sobre a sua aprovação). ✓ O desenvolvimento de ferramentas de apoio à implementação de respostas sociais já existentes mas que não têm tradição de intervenção no contexto do setor foi uma iniciativa cujo desenvolvimento ficou impedido em virtude do volume do trabalho desenvolvido durante o ano, previsto e não previsto.

Objetivo estratégico: IV. Contribuir para a capacitação contínua dos dirigentes, trabalhadores e voluntários.

Iniciativa/Ação	Avaliação
<p>IV.1 Ações de qualificação das equipas educativas e auxiliares na resposta social de creche.</p>	<p>A publicação do relatório da IGEC com os resultados das ações de fiscalização aos estabelecimentos de pré-escolar da rede solidária levou a CNIS a redirecionar esta iniciativa para outras ações de melhoria das equipas educativas do pré-escolar. Partindo dos aspetos a melhorar e a corrigir identificados no relatório da IGEC, a CNIS entendeu promover uma ação de formação destinada aos educadores de infância do pré-escolar, estabelecendo para tal uma parceria com o Centro de Formação de Associação das Escolas de Matosinhos (CFAE) e Universidade Aberta do Porto. A formação, a realizar em 2017, será na modalidade de <i>b-learning</i>, para que possa ser frequentada pelo maior número possível de educadores-de-infância, e será assegurada por formadores selecionados pelas entidades parceiras, nomeadamente a CNIS e o CFAE Matosinhos.</p>
<p>IV.2 Obtenção do retrato dos dirigentes e chefias intermédias ao nível da formação de base que possuem, formação complementar para a função, entre outros através de inquérito e/ou entrevista com abrangência nacional.</p>	<p>Foi aplicado um questionário <i>online</i> que tinha como objetivos, entre outros, obter o retrato dos dirigentes e das chefias intermédias ao nível da formação de base e formação complementar para a função, bem como conhecer o modo de organização interna das instituições e o estilo de liderança adotado pelos dirigentes. Estão apresentados abaixo, sucintamente, os resultados obtidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 39% dos presidentes da direção têm mais de 60 anos, 34% têm entre 46 e 60 anos, 25% têm entre 31 e 45 anos e só 1,5% tem menos de 30 anos. Maioritariamente (55%) são licenciados ou têm o 12º ano de escolaridade (12%). A formação de base é essencialmente ao nível das ciências sociais e humanas (31%) e do ensino; é de destacar que apenas 28 presidentes da direção têm formação de base em contabilidade/gestão, embora 58,5% tenha acedido a formação complementar. Estes dados podem ser explicados pela relevância dos Centros Sociais e Paroquiais, cujos presidentes da direção são padres licenciados em teologia. Por outro lado, a disponibilidade exigida a um presidente de direção de uma IPSS leva a que esta função seja, muitas vezes assumida por pessoas que já se encontram na reforma. ✓ Quanto ao 2º dirigente com maior presença no quotidiano da Instituição, 35,7% tem mais de 60 anos, 34,5% entre 46 e 60 anos, 26,8% entre 31 e 45 anos e 3%

Iniciativa/Ação	Avaliação
	<p>tem menos de 30 anos. Percebe-se já a diminuição do peso dos dirigentes com mais de 60 anos e o correspondente aumento significativo do nº de dirigentes com entre 31 e 46 anos. Estes dirigentes são essencialmente licenciados (40%) ou com o 12º ano (20%). Para 30% dos respondentes, a área de estudos não se enquadra nas categorias de resposta auscultadas, o que nos leva a considerar que são do ensino geral. No entanto, 22,6% são das ciências sociais e humanas, 15,7% de contabilidade/gestão e 12,6% do ensino. Também aqui se verificam diferenças em relação aos presidentes da direção. Contudo, contrariamente aos presidentes da direção, 58,9% destes segundos dirigentes não acedeu a qualquer formação complementar;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Em 61,5% das Instituições, as reuniões de direção são mensais e em 24,2% realizam-se mais do que uma vez por mês. A direção de serviços não é consensual nas Instituições, considerando que 50,4% não tem diretor de serviços contra os 49,6% onde existe esta função. Contudo, isto pode ser explicado pelo facto de 91,2% das instituições terem diretor técnico, que muitas vezes assume funções de direção de serviços.
<p>IV.3 Elaboração de um Modelo de Gestão de IPSS, tendo como objetivo a sensibilização de formação complementar para a função dirigida a dirigentes e chefias intermédias.</p>	<p>Foi aplicado um questionário <i>online</i> que tinha como objetivo, entre outros, identificar as áreas em que os dirigentes necessitam de aperfeiçoar/reforçar os seus conhecimentos e competências. De acordo com a informação recolhida, as 3 principais áreas onde os dirigentes sentem maiores necessidades de aperfeiçoar/reforçar os seus conhecimentos e competências são, em primeiro lugar, a sustentabilidade, seguida da gestão e da legislação aplicável. Por sua vez, as chefias intermédias destacam a liderança e a gestão de equipas, a gestão de recursos humanos e a gestão. Estas diferenças resultam, por um lado, da formação de base dos dirigentes e das chefias intermédias, e, por outro lado, das tarefas e responsabilidades exigidas a cada uma destas funções. As necessidades identificadas serão consideradas em ações futuras da desenvolver pela CNIS e/ou em articulação com outras entidades parceiras.</p>
<p>IV.4 Promover o desenvolvimento do trabalho em rede, a nível nacional e internacional, com recurso a tecnologia Web – ROTASS:</p>	<p>A ROTASS - Rede Operacional e Técnica de Apoio ao Setor Solidário enquadra-se num projeto que tem por objetivo global potenciar uma maior capacitação institucional da CNIS</p>

Iniciativa/Ação	Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Articulação de posições da CNIS com outras entidades externas que possam integrar a rede (sejam nacionais sejam internacionais), numa perspetiva de fortalecimento da sua posição enquanto ator nacional, em face do poder central; ✓ Realização de reuniões de trabalho, com as Uniões Distritais, para discussão e esclarecimento de problemáticas emergentes da atividade das suas associadas; ✓ Criação de um sistema de informação com recurso a tecnologia Web que permita: ✓ Centralização e divulgação de informação útil às instituições; <ul style="list-style-type: none"> ✓ Capacitação das UDIPSS; ✓ Partilha de recursos; ✓ Disponibilização e capacitação de informação jurídica; ✓ Partilha e divulgação de boas práticas; ✓ Facilitação da ação comercial das instituições; ✓ Fomento da interatividade. ✓ Facilitação da comunicação institucional, potenciando uma resposta mais alargada da CNIS, de forma a colmatar as dificuldades de comunicação e de gestão de <i>timings</i>. 	<p>que permita melhorar a intervenção junto das suas associadas, desenvolvendo um trabalho mais qualificado e diferenciador, com um acompanhamento técnico e operacional de proximidade e de apoio contínuo às instituições. A promoção de uma rede de intercâmbio de informação e de partilha de boas práticas deve ser estruturante em termos de atividades a desenvolver no contexto da economia social, o que implica que o trabalho das instituições associadas da CNIS deva ter em conta as aprendizagens resultantes de experiências similares em outros contextos e por outras entidades.</p> <p>A rede pretende, nessa medida, aumentar a interação entre organizações da economia social, tendo em vista o aproveitamento local das ações bem-sucedidas em outras regiões ou entidades.</p> <p>Desenvolvida no âmbito de uma candidatura da CNIS ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego do Portugal 2020, nomeadamente para capacitação institucional dos membros do CNES, <u>destina-se, numa primeira fase, às Instituições que constituem os órgãos sociais das Uniões e Federações.</u> Em Novembro de 2016, foi realizada a sessão de apresentação da ROTASS, em Fátima, às Instituições destinatárias, tendo sido detalhados os seus objetivos, enquadramento, metodologia de desenho e implementação. <u>A sessão de apresentação contou com a presença de 55 dirigentes das 13 Uniões Distritais e Federações</u> e foi dinamizada pela entidade responsável pela sua implementação. Ainda em 2016 foram calendarizadas, para os meses de janeiro e fevereiro de 2017, as reuniões de trabalho com as Uniões Distritais e Federações para diagnóstico de necessidades e desenho da plataforma informática. Esta será uma atividade que terá continuidade e um elevado impacto durante o ano de 2017.</p>
<p>IV.5 Formação interna:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Relacionamento interpessoal ✓ Gestão organizacional 	<p>Não foi realizada qualquer ação de formação interna.</p>

5. Atividades desenvolvidas não planeadas

Durante o ano de 2016 foram diversas as ações desenvolvidas que não estavam planeadas. Estas iniciativas, por um lado, surgiram de forma espontânea, como consequência do trabalho em curso; por outro lado, resultaram de solicitações das associadas, do trabalho de negociação com o poder central, da articulação com outras entidades parceiras e de acontecimentos relevantes que marcaram a agenda do setor social e solidário. De entre as várias iniciativas desenvolvidas não planeadas, destacam-se abaixo algumas das que marcaram o trabalho desenvolvido diariamente pela CNIS.

5.1. Mapeamento Equipamentos Sociais

O Portugal 2020, no POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, dispõe de uma tipologia de intervenção designada Equipamentos Sociais, que tem como “objetivo apoiar a reconversão, remodelação, ampliação e adaptação infraestrutural da rede social e solidária, viabilizando a promoção de respostas de qualidade aos utentes dos serviços, a adoção de soluções capazes de assegurar a qualidade e modernização bem como responder de forma eficiente a novas necessidades sociais territoriais” (art.º 253.º, Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de Março).

As diversas questões colocadas pelas associadas da CNIS, relativas quer às ações elegíveis da tipologia de intervenção equipamentos sociais, quer à possibilidade, ou não, de construção de novos equipamentos, quer ainda à inexistência de respostas sobre o referido mapeamento, levaram a CNIS a proceder ao levantamento das intenções de candidaturas e necessidades de intervenção. O mapeamento de necessidades de equipamentos sociais foi executada através do envio por email, ao universo de associadas da CNIS, de um questionário *online* para recolha de informação.

A análise dos dados efetuada permitiu responder aos objetivos pretendidos e, simultaneamente, recolher informação adicional relativa a outro tipo de necessidades de intervenção nos equipamentos sociais, nomeadamente ao nível da eficiência energética e viaturas. A criação de novas respostas sociais, fruto de processos de reconversão ou de novas carências da realidade social, assume-se ainda como um resultado deste levantamento.

Das 1011 respostas válidas obtidas, 521 instituições pretendiam concorrer ao Portugal 2020, através da apresentação de 571 candidaturas repartidas pelas seguintes tipologias:

- ✓ Reconversão, remodelação, ampliação, adaptação e aquisição de equipamento móvel (59% - 337 candidaturas);
- ✓ Construção de novos equipamentos sociais (21% - 120 candidaturas);

- ✓ Adaptação de equipamentos já existentes ou aquisição de equipamento móvel e, simultaneamente, de construção de novos equipamentos sociais (9% - 48 candidaturas);
- ✓ Eficiência energética (8% - 47 candidaturas);
- ✓ Viaturas (3% - 19 candidaturas).

O relatório global com os resultados do Mapeamento de necessidades de equipamentos sociais está disponível para consulta no site da CNIS.

5.2. Intervenção Precoce

No que toca às prioridades identificadas pelas associadas com resposta na área da Intervenção Precoce, a CNIS procedeu ao acompanhamento das estratégias em curso por parte daquelas associadas para tornar a Intervenção Precoce publicamente mais reconhecível, bem como para conduzir a uma regulamentação do regime e ainda para fazer verter esta resposta nos documentos de enquadramento da cooperação

5.3. Refugiados

Confrontada com a situação de emergência humanitária vivida na Europa, com o afluxo maciço e constante de pessoas em necessidade de proteção internacional, e tendo decidido avançar com um modelo de acolhimento de menores não-acompanhados, a CNIS entendeu ser sua incumbência participar ativamente na definição das políticas relativas ao acolhimento e integração de refugiados na Europa e em Portugal, em articulação com as entidades públicas com competência nesta matéria (Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, Alto Comissariado para as Migrações, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Instituto da segurança Social, Comité Económico e Social Europeu, Parlamento Europeu, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), bom como com outros parceiros da sociedade civil.

5.4. Programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar 2015/2016 –Compensação do diferencial remuneratório dos educadores de infância

À semelhança do ano anterior, a CNIS deu apoio às Instituições na elaboração das suas candidaturas ao programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar 2015/2016. Entre 18 de novembro e 31 janeiro foi dada **resposta a cerca de 700 pedidos** de apoio, via telefone e e-mail. A lista de candidaturas aprovadas e não aprovadas, entretanto remetida pelo IGEFE à CNIS, revelou que todas **as Instituições que solicitaram apoio à CNIS viram as suas candidaturas aprovadas.**

5.5. Análise do impacto do aumento da RMMG

Na sequência do aumento do salário mínimo nacional (RMMG) para 557€, a CNIS promoveu um inquérito entre as Instituições suas filiadas para obter informação sobre o impacto dessa medida, decretada pelo Governo, na despesa mensal com pessoal, processada e paga pelas IPSS.

Foram recebidas e analisadas **547 respostas** de associadas, sendo de salientar que o elevado nível de adesão ao inquérito permitiu obter uma indicação aproximada desse impacto, habilitando a CNIS a negociar, em sede de cooperação, formas de compensação para essa despesa adicional, como, aliás, referiu o Senhor Primeiro Ministro, no debate parlamentar sobre a proposta de diminuição da TSU.

5.6. Circular Técnica Creche

Considerando o volume de Instituições que contactaram a CNIS relativamente à possibilidade, ou não, de frequência da resposta social creche por crianças que completem 3 anos até 31 de dezembro de cada ano, bem como as orientações nem sempre uniformes dos Centros Distritais da Segurança Social, entendeu-se ser de extrema relevância clarificar este assunto, pelo que se procedeu à elaboração de uma Circular Técnica com informações e sugestões de atuação, a qual foi **remetida a 1080 associadas** com esta resposta social.

6. Outros dados relevantes

6.1. Financiamento da atividade da CNIS

Para o desenvolvimento da atividade diária da CNIS, destacam-se abaixo 5 importantes fontes de financiamento, com a identificação da representatividade de cada uma delas:

- ✓ Quotas associados: 7,3%
- ✓ Acordo IEFP: 11,45%
- ✓ FRSS: 13,60%
- ✓ Compromisso Cooperação: 40,78%
- ✓ POISE: 19,82%
- ✓ Outros: 7,05%

6.2. Comunicação

- ✓ **Site da CNIS:** 49.650 visitas entre Novembro e Dezembro 2016;

- ✓ **Site do Solidariedade:** 3.664.350 visitas durante 2016.

Analisado e aprovado em reunião de Direção de 6 de março de 2017.

A Direção,

Lino Maia

João Dias

José Leirião

Eleutério Alves

José Macário Correia

Maria de Lurdes Pombo

Maria João Quintela

José Baptista

Maria da Conceição Marques

Contas

2016

**PROPOSTA DE APLICAÇÃO
DOS
RESULTADOS LÍQUIDOS – 2016**

A Direcção propõe que os Resultados Líquidos do exercício de 2016, no valor de 288,62 € sejam transferidos para Resultados Transitados.

A Direcção,

Lino Maia

João Dias

José Leirião

Eleutério Alves

José Macário Correia

Maria de Lurdes Pombo

Maria João Quintela

José Baptista

Maria da Conceição Marques

Entidade: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Balanco em 31 de Dezembro de 2016

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3, 6	171.102,88	193.170,01
Ativos intangíveis		0,00	650,58
Investimentos financeiros	3, 10	21.879,75	21.018,27
		192.982,63	214.838,86
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber	3, 10	24.569,27	25.614,77
Estado e outros entes públicos		120,75	4.258,29
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros		0,00	0,00
Diferimentos		3.585,94	3.087,87
Outros ativos correntes	3, 10	717.405,40	171.851,41
Caixa e depósitos bancários	4, 10	451.569,12	888.365,10
		1.197.250,48	1.093.177,44
Total do ativo		1.390.233,11	1.308.016,30
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		511.126,87	511.126,87
Resultados transitados		550.442,29	662.668,10
Ajustamentos/outras variações nos Fundos Patrimoniais		114.040,00	114.040,00
Resultado líquido do período		288,62	-112.225,81
Total dos fundos patrimoniais		1.175.897,78	1.175.609,16
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	3, 10	60.621,33	3.220,76
Estado e outros entes públicos		7.947,66	5.938,59
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		253,60	253,60
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	3, 11	145.512,74	122.994,19
		214.335,33	132.407,14
Total do passivo		214.335,33	132.407,14
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.390.233,11	1.308.016,30

A Direcção

O Contabilista Certificado

Entidade: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Demonstração Individual de Fluxos de caixa

Período Findo em 31 de dezembro de 2016

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2016	2015
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		259.104,14	477.437,53
Pagamentos a fornecedores		-574.872,08	-844.977,02
Pagamentos ao pessoal		-182.274,35	-125.128,68
Caixa gerada pelas operações		-498.042,29	-492.668,17
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-48,95	23,47
Outros recebimentos/ pagamentos		56.433,00	1.318.421,64
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-441.658,24	825.730,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-1.291,50	-5.461,56
Investimentos financeiros		-861,48	-226,77
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	870,15
Juros e rendimentos similares		7.015,24	1.626,20
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		4.862,26	-3.191,98
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		-436.795,98	822.538,02
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		888.365,10	65.827,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	451.569,12	888.365,10

A Direção

O Contabilística Certificado

ANEXO

Nota prévia: As notas do Anexo são apresentadas de forma sistemática, não sendo incluídas as notas consideradas como não aplicáveis

1 — Identificação da entidade:

1.1 — Designação da entidade:

CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

Rua da Reboleira, nº 47

4050 – 492 Porto

NIF: 501 146 253

1.2 — Natureza da atividade:

A entidade tem por finalidade defender e promover o quadro de valores comum às instituições particulares de solidariedade social.

A CNIS tem ainda como finalidades principais:

- Representar, promover e assumir a defesa dos interesses comuns das instituições particulares de solidariedade social;
- Coordenar a atividade das associadas relativamente a quaisquer entidades públicas e privadas;
- Promover o desenvolvimento da ação das instituições particulares de solidariedade social e apoiar a cooperação entre as mesmas na realização dos respetivos fins; e
- Contribuir para o reforço da organização e do papel de intervenção das instituições particulares de solidariedade social no seio das comunidades.

Para a realização das suas finalidades, são atribuições da CNIS:

- Realizar ações que visem o reforço de cooperação e do intercâmbio, bem como o conhecimento recíproco das instituições;
- Organizar serviços e ações de apoio às instituições particulares de solidariedade social, suas federações e uniões;
- Criar e fomentar oportunidades e programas de formação profissional e medidas de inserção social, quer segundo projetos da sua própria iniciativa, quer mediante acordos com outras entidades públicas ou privadas;
- Celebrar convenções coletivas de trabalho;

- Estimular a investigação, compilar e divulgar documentação, realizar reuniões, cursos, colóquios, conferências, debates ou encontros e intervir nos órgãos de comunicação social, no âmbito das finalidades que prossegue.

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 — As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo - NCRF-ESNL, de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as alterações previstas no decreto-lei 98/2015, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

As demonstrações financeiras encontram-se apresentadas à moeda de Euro e arredondadas à unidade.

2.2 — *Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.*

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 – *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.*

As Demonstrações Financeiras são comparáveis em todos os aspetos com as do período anterior.

3 — Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da entidade são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo (periodização económica);
- Consistência de apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação e
- Informação comparável.

3.2 — Outras políticas contábilísticas:

As políticas contábilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

No caso dos bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito, os bens são mensurados a justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo que figuravam na sua contabilidade. A quantia assim considerada corresponderá ao custo considerado para efeitos da mensuração do reconhecimento.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.2 – Ativos Intangíveis

Um ativo intangível deve ser mensurado inicialmente pelo seu custo, o qual deve ser determinado como preconizado para os ativos fixos tangíveis.

A quantia depreciável de um ativo intangível com uma vida útil finita deve ser imputada numa base sistemática durante a sua vida útil, tal como previsto para os ativos fixos tangíveis. A amortização deve cessar na data em que o ativo for desreconhecido.

3.2.3 – Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- a) ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade
- b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.2.4 – Subsídios

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança que:

- a) a entidade cumprirá as condições a ele associadas;
- b) os subsídios serão recebidos.

3.2.5 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e, portanto, não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas:

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

Os eventos futuros podem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospetiva.

4 — Fluxos de Caixa:

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto.

4.1 — Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

4.2 — Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, o saldo de caixa e seus equivalentes, que inclui numerário e depósitos bancários, detalha-se como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa	85 €	111 €
Depósitos bancários	106 484 €	113 254 €
Outros depósitos bancários	345 000 €	775 000 €
Caixa e seus equivalentes	451 569 €	888 365 €

5 — Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

5.1 — Quando a aplicação de uma disposição desta Norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente:

a) A natureza da alteração na política contabilística;

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

b) A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos;

Não foram encontrados quaisquer erros do período anterior.

6 — Ativos fixos tangíveis:

6.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

Em 2014 foi doado à CNIS o imóvel na Rua da Reboleira – Porto. O referido imóvel foi doado na condição de ser utilizado como sede da CNIS, estando sujeito uma cláusula de reversão caso se deixe de cumprir a condicionante de doação do imóvel.

b) Os métodos de depreciação usados;

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

Descrição	Início do Período		Fim do Período	
	Quantia escriturada bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada bruta	Depreciações acumuladas
Outros ativos fixos tangíveis				
- Terrenos e recursos naturais	6 671 €		0 €	
- Edifícios e outras construções	190 973 €	17 246 €	170 959 €	10 258 €
- Equipamento administrativo	49 049 €	36 277 €	48 419 €	38 018 €
- Outros ativos fixos tangíveis	3 073 €	3 073 €	3 073 €	3 073 €
Total	249 766 €	56 596 €	222 451 €	51 349 €

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Descrição	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo Bruto					
Saldo a 31 de dezembro de 2015	6 671 €	190 973 €	49 049 €	3 073 €	249 766 €
Aquisições			1 170 €		1 170 €
Revalorizações					- €
Alienações	6 671 €	20 014 €	1 800 €		28 485 €
Saldo a 31 de dezembro de 2016	0 €	170 959 €	48 419 €	3 073 €	222 451 €
Depreciações e perdas imparidade acumuladas					
Saldo a 31 de dezembro de 2015		17 246 €	36 277 €	3 073 €	56 596 €
Depreciações do período		3 419 €	3 541 €		6 960 €
Alienações		10 408 €	1 800 €		12 208 €
Saldo a 31 de dezembro de 2016	- €	10 257 €	38 018 €	3 073 €	51 348 €
Valor líquido	€	160 702 €	10 401 €	- €	171 103 €

7 — Ativos intangíveis:

7.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

Ativos Intangíveis	Número de anos
Programas de computador	3

b) A quantia escriturada bruta e a amortização acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

Descrição	Início do Período		Fim do Período	
	Quantia escriturada bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada bruta	Amortizações acumuladas
Ativos intangíveis				
- Programas de computador	5.112 €	4.462 €	5.112 €	5.112 €
Total	5.112 €	4.462 €	5.112 €	5.112 €

c) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Descrição	Programas de computador	Total
Ativo Bruto		
Saldo a 31 de dezembro de 2015	5 112 €	5 112 €
Aquisições		- €
Transferências/Outros		- €
Alienações		- €
Saldo a 31 de dezembro de 2016	5 112 €	5 112 €
Amortizações e perdas imparidade acumuladas		
Saldo a 31 de dezembro de 2015	4 462 €	4 462 €
Depreciações do período	650 €	650 €
Transferências/Outros		- €
Alienações		- €
Saldo a 31 de dezembro de 2016	5 112 €	5 112 €
Valor líquido	0 €	0 €

8 — Rendimentos e gastos:

8.1 — Uma entidade deve divulgar:

a) As políticas contábilísticas adotadas para o reconhecimento do réditto incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços;

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Prestação de serviços	84 121 €	79 336 €

9 — Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

9.1 — Devem ser divulgados os assuntos seguintes:

a) A política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras;

Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como "Subsídios à exploração" na demonstração dos resultados.

b) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado;

Entidade	2016	2015
Instituto Segurança Social	337 292 €	332 964 €
IEFP	94 713 €	69 976 €
POISE	163 954 €	0 €
Total	595 959 €	402 940 €

c) Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos foram pessoas singulares.

10 — Instrumentos financeiros:

10.1 — Uma entidade deve divulgar as bases de mensuração, bem como as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

a) ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade

b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, se estivermos perante instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado.

ACTIVOS FINANCEIROS	2016			2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Não Correntes						
Investimentos financeiros	21.880		21.880	21.018		21.018
	21.880	0,00	21.880	21.018	0,00	21.018
Correntes						
Disponibilidades:						
Caixa	85		85	111		111
Depósitos a Ordem	106.484		106.484	113.254		113.254
Depósitos a Prazo	345.000		345.000	775.000		775.000
	451.569	0	451.569	888.365	0	888.365
Ativos financeiros ao custo:						
Créditos a receber	24.569		24.569	25.615		25.615
Outros Ativos Correntes	717.405		717.405	171.851		171.851
	741.975	0	741.975	197.466	0	197.466
	1.215.424	0	1.215.424	1.106.850	0	1.106.850

PASSIVOS FINANCEIROS			
Descrição	2016	2015	
Não Corrente			
Total	0,00	0,00	
Corrente			
Passivos financeiros ao custo:			
Fornecedores	60 621	3 221	
Financiamentos Obtidos	254	254	
Outros passivos correntes	145 513	122 994	
Total	206 388	126 469	
Total	206 388	126 469	

11 — Benefícios dos empregados:

11.1 — As entidades devem divulgar o número médio de empregados durante o ano.

O número médio de empregados no exercício foi de sete.

11.2 — Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro.

A Direção é constituída por nove membros.

12— Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

Dívidas ao Estado e à Segurança Social:

Informa-se que a Entidade à data de encerramento das contas do período de 2016 tem a sua situação "regularizada" perante a Segurança Social, tal como relativamente à Administração Tributária, não existindo, por isso, qualquer dívida em mora ao estado e outros entes públicos.

13— Outras divulgações:

13.1- Outros Rendimentos e Ganhos:

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos é constituída por:

Descrição	2016	2015
Candidaturas FRSS - Fundo Reestruturação Setor Solidário	112.500 €	65.500 €
Apoio Financeiro CASES	10.000 €	25.000 €
Outros	15.596 €	41.214 €
total	138.096 €	131.714 €

Porto, 6 de março de 2017

A Direção

O Contabilista Certificado

Entidade: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período Findo em 31 de Dezembro de 2016

Unidade Monetária: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	3,8	84.120,50	79.336,25
Subsídios, doações e legados à exploração	3,9	598.227,85	419.540,13
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-609.549,03	-532.142,76
Gastos com o pessoal	11	-187.228,16	-131.141,61
Outros rendimentos	13	138.095,81	131.714,18
Outros gastos		-22.362,39	-70.964,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.304,58	-103.658,74
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 7	-7.610,29	-9.580,17
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-6.305,71	-113.238,91
Juros e rendimentos similares obtidos		6.594,33	1.013,10
Resultado antes de impostos		288,62	-112.225,81
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		288,62	-112.225,81

A Direção

O Contabilista Certificado